

# Fazer antropologia com papel: estratégias e experiências de pesquisa com arquivos institucionais e documentos burocráticos

**Letícia Ferreira**

O presente capítulo pretende oferecer uma contribuição específica para reflexões mais amplas em torno da produção de conhecimento antropológico a partir de arquivos e documentos. O texto foi inicialmente elaborado como comunicação para uma das mesas redondas comemorativas dos 70 anos da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), parte do Webinário “Fazer histórias da Antropologia pelo Brasil: experiências de pesquisa aqui e alhures”. Nele, retomo publicações anteriores de minha autoria para me deter sobre um ponto particular que entendo ser pertinente para o avanço de debates mais abrangentes sobre pesquisa antropológica com documentos e arquivos: os modos de fazer de etnografias que tomam documentos burocráticos como material empírico principal e as possibilidades analíticas abertas por essa modalidade de investigação.<sup>1</sup> “Documentos burocráticos”, importa definir, é a categoria proposta pelo antropólogo Matthew Hull (2012a) para designar papéis e outros suportes materiais de

---

1 Retomo especialmente o artigo “Encontros etnográficos com documentos burocráticos: estratégias analíticas da pesquisa antropológica com papéis oficiais”, que foi a base da minha contribuição para a mesa “Acervos documentais do ensino e da pesquisa em antropologia: sujeitos, lugares e redes”, realizada no âmbito do Webinário. O presente capítulo é uma versão modificada desse artigo, publicado originalmente na revista argentina *Etnografías contemporáneas*.

informação produzidos por instituições estatais e que nelas circulam e/ou são arquivados.

Investigações antropológicas com documentos burocráticos têm se multiplicado nas últimas décadas, como argumentou o próprio Hull (2012a). Temos visto pesquisas cada vez mais numerosas que tomam esses papéis como artefatos etnográficos – isto é, como elementos materiais a partir dos quais podemos construir nossas etnografias. Ao encarar dessa maneira esse tipo de documento, tais pesquisas estariam “restaurando analiticamente a visibilidade dos papéis” (Hull, 2012a, p. 253) em nossa disciplina e construindo uma abordagem cada vez mais consolidada que busca olhar *para* esses documentos, e não simplesmente *através* deles. Essa abordagem contrasta com atitudes anteriores diante desse tipo de material que caracterizaram a história da antropologia, como a recusa, a negligência ou mesmo o ocultamento de sua importância em prol da produção da autoridade etnográfica (Ferreira; Lowenkron, 2020).

Assim como a produção em língua inglesa revisada por Hull (2012a), há tempos a antropologia brasileira também tem dado boas mostras da multiplicação de pesquisas com documentos burocráticos. São muitas as etnografias recentes feitas em nosso país a partir do engajamento de antropólogos com processos judiciais, processos administrativos, documentos legislativos, prontuários médicos, registros policiais, laudos periciais, notas técnicas e resoluções, entre tantos outros documentos classificáveis como “burocráticos”. Tais trabalhos têm não só se multiplicado mas também dialogado entre si de modo especialmente produtivo, o que pode ser constatado na recorrência de grupos de trabalho centrados em arquivos e documentos organizados nos congressos regulares da nossa área.

Venho construindo minha trajetória na antropologia a partir do engajamento com esse tipo de documento, seja a partir de pesquisa em arquivo público (Ferreira, 2009), seja como parte de trabalhos de campo em instituições estatais de natureza policial (Ferreira, 2013) ou assistencial (Ferreira, 2017). Aqui, busco recuperar parte dessa trajetória para tratar dos modos de fazer das etnografias com documentos burocráticos. Por modos

de fazer, entendo as estratégias analíticas que têm sido adotadas na produção mais recente oriunda de pesquisas com documentos desenvolvidas por antropólogos. Ao longo do texto, trato de identificar esses modos de fazer e elenco quatro estratégias analíticas recorrentes nessa produção; em seguida, procuro demonstrar como cada uma delas se revelou produtiva em minhas próprias etnografias com arquivos institucionais e documentos burocráticos.

## Antropologia do Estado, arquivos institucionais e documentos burocráticos

A tomada de documentos burocráticos como artefatos etnográficos vem contribuindo para diferentes áreas específicas da antropologia. Estudos urbanos (Hull, 2012a), antropologia da economia (Onto, 2019, 2020), antropologia da saúde (Strong, 2020), estudos de gênero e sexualidade (Freire, 2016) e de relações étnico-raciais (Cunha, 2002; Corossacz, 2009), bem como os trabalhos sobre migrações e fronteiras (Horton; Heyman, 2020) e gestão de infâncias e minoridades (Vianna, 2002; Villalta, 2006; Lugones, 2012) são apenas alguns exemplos de campos que têm sido expandidos pelo engajamento sistemático de antropólogos com papéis dessa natureza.

Não obstante, é o campo que podemos designar mais amplamente como antropologia do Estado que mais tem ganhado com esse engajamento. Etnografias do Estado, com seu foco primordial em práticas cotidianas de burocracias locais e/ou nas construções discursivas do Estado em culturas públicas (Gupta, 1995), beneficiam-se particularmente do engajamento com tais documentos, como argumentam Muzzoppapa e Villalta (2011) e como dão testemunho coletâneas como Ferreira e Lowenkron (2020) e a renovada antropologia da burocracia que tem sido produzida em diferentes contextos (Bernstein; Mertz, 2011; Bear; Mathur, 2015; Beviláqua, 2020). Documentos burocráticos, afinal, não são meros desdobramentos formais de ações estatais, e sim “ações em si mesmas” (Gupta, 2012, p. 188), que incidem sobre os sujeitos, os fatos e as relações a que se referem. A faculdade

de criar e manter arquivos institucionais, ademais, “é o emblema máximo da burocracia moderna” (Riles, 2006, p. 5), devendo ser, ela mesma, objeto de reflexão quando se quer compreender o Estado, seja como ideia e como sistema (Abrams, [1977] 1988), seja em seus efeitos (Mitchell, 1999; Trouillot, 2003).

Compreender antropologicamente o Estado é interesse central em minha trajetória. Desde o mestrado, eu tenho me dedicado a compreender as formas por meio das quais saberes, técnicas e procedimentos adotados em instituições estatais brasileiras incidem sobre experiências, dramas e biografias de indivíduos e unidades domésticas, bem como a refletir sobre as modalidades de articulação, ajuste ou contraposição entre as formalidades previstas por tais saberes e técnicas e determinadas moralidades que têm lugar em instituições estatais. Ainda, tenho buscado analisar as eventuais disputas estabelecidas entre servidores públicos e os sujeitos por eles atendidos, considerando que a assimetria de poder implicada em suas interações não desfaz a possível engenhosidade dos últimos em face dos primeiros – embora seja determinante para a reprodução de hierarquias e desigualdades sociais. Esses propósitos me guiaram em pesquisas sobre três temas: o primeiro tema é a classificação e gestão institucional de mortos não identificados no Rio de Janeiro das décadas de 1940 e 1950; o segundo, a administração policial de casos de desaparecimento de pessoas no Rio de Janeiro no começo dos anos 2000; e, terceiro, a administração de casos de crianças e adolescentes desaparecidos em um serviço público de assistência social também no Rio de Janeiro, agora nos anos 2000 e 2010.

Cumulativamente, essas investigações permitiram-me experimentar a “epifania etnográfica de que documentos são algo distinto ou algo mais do que o que eles dizem” (Hull, 2012a, p. 254), algo recorrente na literatura. Permitiram-me também explorar algumas dimensões gerais da etnografia com documentos que já receberam atenção, por exemplo: (a) o *insight* de que “documentos não são simplesmente instrumentos de organização burocrática, e sim são constitutivos de regras, ideologias, conhecimento, práticas, subjetividades, objetos, resultados e mesmo das próprias

organizações” (Hull, 2012a, p. 253); (b) a produtividade de focarmos não apenas nas populações e nos sujeitos documentados, exercício mais frequente na disciplina, mas também naqueles que produzem documentos burocráticos, explorando tanto seus afetos (Stoler, 2007), quanto a própria ordinariedade de sua lida com papéis; (c) o poder heurístico particular dos documentos burocráticos para a produção de conhecimento sobre controle administrativo e sobre a construção burocrática de sujeitos, objetos e socialidades (Hull, 2012a); e, ainda, (d) a capacidade ímpar da pesquisa com esses papéis para identificar o caráter, a um só tempo, poderoso e ficcional do Estado, o que possibilita sua apreensão não como entidade unitária, coesa e homogênea, mas como arena de disputas (Muzzoppapa; Villalta, 2011).

Somando-se à experiência direta dessas dimensões proeminentes da etnografia com documentos, as investigações que realizei permitiram-me conhecer outro aspecto desse tipo de pesquisa que gostaria de registrar: o fato bastante evidente, mas não menos relevante, da grande variedade de contextos etnográficos e tipos de documentos que têm resultado em ricas reflexões sobre o Estado. Apenas para citar alguns exemplos, temos pesquisas com um processo administrativo aparentemente absurdo que tramitara na própria universidade de atuação da autora (Beviláqua, 2020); com processos judiciais depositados em arquivos públicos (Vianna, 2002) ou que demandaram a presença da pesquisadora em órgãos do sistema de justiça (Lacerda, 2015); etnografia de serviço público itinerante centrada na certidão de nascimento obtida por brasileiros adultos (Escóssia, 2021); trabalhos que refletem sobre a agência de gráficos e tabelas a partir de etnografia em órgão federal de alto escalão (Onto, 2019) ou sobre tecnologias de cálculo do impacto socioambiental de grandes projetos de desenvolvimento (Morawska Vianna, 2014). Temos também pesquisa que analisa laudos cadavéricos a partir de trabalho de campo junto a movimentos sociais (Farias, 2020); etnografias que refletem sobre conjuntos documentais heterogêneos, com certidões, laudos médicos, relatórios técnicos e também fotografias pessoais reunidos na forma de “casos” em núcleo de defesa dos

direitos humanos (Freire, 2016); e, ainda, análises sobre documentos médicos como o partograma (Strong, 2020) ou a Declaração de Nascido Vivo (DNV), a partir de etnografia em hospital (Corossacz, 2009).

Essa variedade de contextos e, sobretudo, de tipos de documento a partir dos quais as pesquisas podem ser realizadas merece registro não só por sua riqueza mas principalmente porque ilumina a amplitude da própria noção de “documento burocrático” com que podemos trabalhar na antropologia. Como menciono adiante, a ampliação dessa noção foi um dos principais ganhos do meu engajamento sucessivo com diferentes tipos de papéis. De um primeiro esforço de pesquisa com documentos depositados em arquivo público e, por isso mesmo, comumente tomados como “fontes históricas”, passando pela análise de documentos policiais no próprio espaço em que eles são produzidos, cheguei finalmente a uma pesquisa em que me deparei com fotos e outros documentos pessoais incluídos em prontuários manuseados de uma repartição assistencial. Registros de vidas “privadas” encontrados em gavetas de um arquivo institucional corrente, que me permitiram pensar sobre o Estado como presença espectral materializada em documentos (Das; Poole, 2004), inclusive alguns que, à primeira vista, jamais associaríamos ao campo estatal e à burocracia.

## Os modos de fazer da etnografia com arquivos e documentos burocráticos

Além dos aspectos gerais da etnografia com documentos burocráticos elencados acima, o contato continuado com a literatura e a experiência cumulativa das investigações que realizei permitiram-me conhecer, também, algumas estratégias analíticas recorrentes nesse tipo de pesquisa. Trata-se de um conjunto de quatro modos de fazer – isto é, quatro formas de interpelar analiticamente documentos que se apresentam muitas vezes combinadas em cada etnografia, mas que podem ser descritas separadamente para facilitar sua compreensão. A seguir, descrevo esses modos de fazer e evoco exemplos de trabalhos recentes que fazem uso de cada um.

A primeira das estratégias mais recorrentes na produção antropológica recente é a tomada do tema aparentemente habitual do acesso à documentação como objeto de reflexão. O acesso, que pode ser encarado como etapa óbvia e pouco significativa da pesquisa, quando diz respeito a documentos burocráticos “resulta ser uma pista para análise” (Muzzoppapa; Villalta, 2011, p. 24). Como Muzzoppapa e Villalta (2011, p. 19-25) argumentam, os passos dados rumo ao acesso aos papéis, os obstáculos enfrentados, as autorizações solicitadas e as eventuais recusas e impedimentos que enfrentamos quando realizamos (ou pretendemos realizar) etnografias com esses documentos devem ser objeto das mesmas operações teórico-metodológicas que realizamos diante de quaisquer outros fatos e acontecimentos do “campo”. É fundamental, portanto, não apenas registrá-los em notas e cadernos de campo que muitas vezes permanecem ocultos, e sim contextualizá-los, interrogá-los e buscar conferir-lhes inteligibilidade.

Assim como os trabalhos das próprias autoras recuperados no artigo supracitado, a etnografia de Nadai (2018) sobre o Instituto Médico-Legal (IML), realizada nas cidades brasileiras de Campinas e São Paulo, também é ilustrativa da importância de submetermos o tema do acesso às mesmas operações teórico-metodológicas que acionamos diante de quaisquer outros dados etnográficos que construímos. Mais até do que analisar as dificuldades e as recusas que seu projeto de investigação recebeu, a autora baseia sua etnografia nesses impedimentos, demonstrando a relevância dos obstáculos, balcões e múltiplos *checkpoints* impostos à sua pesquisa para a reprodução cotidiana da autoridade técnico-científica do IML.

A segunda estratégia bastante recorrente na literatura mais atual é o investimento na materialidade dos documentos, isto é, o exercício de buscar identificar as qualidades materiais e estéticas dos papéis com que se pesquisa, assim como suas marcas gráficas, os padrões formais que eles impõem para as informações que registram, enfim, sua dimensão propriamente física e material. Uma premissa fortemente presente nessa produção é a de que “discursos burocráticos não são mais entendidos como construções semióticas (“textos”) abstraídas ou abstraíveis de seus veículos

materiais – arquivos, formulários, relatórios, gráficos, e assim por diante” (Hull, 2012a, p. 253). O corolário metodológico mais imediato dessa premissa é justamente a dedicação de tempo, atenção e esforço de registro e reflexão sobre seus aspectos formais, encarando-os não como elementos secundários em comparação com o conteúdo, mas como uma dimensão tão ou mais relevante que ele.

Em muitas pesquisas, a exemplo de Nadai e Veiga (2020), esse exercício permite iluminar a importante relação entre brasões, cabeçalhos, carimbos, assinaturas e fórmulas narrativas impressas em papéis estatais e o caráter de *verdade* atribuído ao seu conteúdo. Ademais, identificar e analisar as qualidades materiais dos documentos pode, como no caso da etnografia de Hull (2012b) em Islamabad, revelar que os aspectos formais, físicos e estéticos dos papéis com que se pesquisa podem operar em processos não relacionados ao seu conteúdo. Um exemplo disso é a distribuição ou diluição de responsabilidades entre os funcionários de determinadas instituições engendrada pelas formas e fórmulas de assinatura e reprodução de documentos que o autor ilumina em seu livro.

No caso de trabalhos realizados no Brasil, a etnografia de Onto (2020) no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), órgão vinculado ao Ministério da Justiça, ilustra de modo exemplar a rentabilidade de “[...] descrever etnograficamente como características materiais ou formais dos documentos produzidos e/ou circulados no CADE resultam em certos tipos de significações ou associações” (Onto, 2020, p. 54). O trabalho do autor ilumina o papel decisivo dessas características materiais dos documentos no cotidiano tanto dos funcionários daquele órgão quanto dele próprio durante seu trabalho de campo.

A terceira estratégia frequente na literatura é talvez a mais enfatizada em obras recentes: o investimento na agência ou na performatividade dos documentos burocráticos. Esse investimento implica interpelar os papéis a partir de questões relativas não (ou não apenas) ao que eles dizem e às suas características formais, estéticas e materiais, mas sim ao que eles fazem, produzem ou incitam nos contextos onde circulam ou são arquivados. Tais



interpelações, como demonstram as etnografias de Navaro-Yashin (2007) e de Hull (2012b), permitem identificar as eventuais capacidades desses papéis de provocar afetos, de fazer ou romper associações e socialidades e de concorrer para a construção de objetos, entidades e subjetividades. Ainda, como argumenta Morawska Vianna (2014), permitem demonstrar como tecnologias e procedimentos burocráticos mobilizados “na trilha de papéis” administrativos são capazes de ocultar seu caráter político sob a face-ta da técnica. Por fim, esse tipo de interpelação permite também apreender as formas por meio das quais documentos burocráticos são capazes tanto de delimitar quanto de cruzar domínios supostamente apartados da vida social, como o privado e o público (Ferreira, 2013) ou o social, o econômico e o ambiental (Morawska Vianna, 2014).

Interessada especificamente no tema dos afetos, a etnografia de Navaro-Yashin (2007) sobre a interação entre turcos-cipriotas e papéis burocráticos diversos, em especial documentos de identificação e de viagem, tira proveito dessa estratégia de modo exemplar. O propósito da autora não é compreender como os sujeitos da pesquisa projetam afetos nesses papéis, o que endossaria o entendimento de que apenas sujeitos, e não documentos, demonstram agência nessa relação. Ao contrário, interessa-lhe estudar documentos “[...] como capazes de carregar, conter ou incitar energias afetivas quando transacionados ou colocados em uso em redes de relações sociais específicas” (Navaro-Yashin, 2007, p. 81). Papéis oficiais, na perspectiva da autora, geram afetividades diferenciadas e politicamente carregadas, o que pode ser identificado quando os abordarmos a partir de perguntas sobre sua agência.

Trabalhos etnográficos realizados no Brasil que ilustram bem a rentabilidade dessa estratégia são as produções de Escóssia (2021) sobre brasileiros que obtêm suas certidões de nascimento tardiamente e de Schritzmeyer (2015) sobre o encontro de brasileiros adultos que foram abrigados em instituições públicas quando eram crianças com os antigos prontuários referentes a seu abrigo. Ambas demonstram como o contato, o manuseio, a posse ou a ausência de determinados documentos são capazes de provocar

os mais diversos afetos, como a vergonha, a alegria, a altivez e a esperança, endossando a produtividade de uma abordagem que atribui agência a esses papéis e da pergunta posta pelos trabalhos pioneiros de Peirano (1986, 2006) sobre documentos no Brasil: “de que serve um documento?”

Finalmente, a quarta estratégia analítica recorrente em etnografias com papéis oficiais é o investimento na “micropolítica das interações entre documentadores e documentados” (Lowenkron; Ferreira, 2020, p. 24): o exercício de identificar e analisar as relações daqueles que produzem e/ou arquivam os documentos (agentes, autoridades, profissionais, especialistas diversos) tanto entre si, quanto com os sujeitos a quem os documentos se referem. Esse exercício consiste em prestar atenção às disputas, hierarquias, autoridades e assimetrias que atravessam as relações entre os envolvidos nas práticas de documentação. Se, como alega Hull (2012a, p. 255), é mais frequente que o foco de pesquisas com documentos recaia sobre as pessoas que são documentadas (ou indocumentadas), como seria especialmente nítido nos trabalhos sobre o tema dos afetos, prestar atenção às interações entre documentadores e documentados permite ampliar a abordagem para incorporar também aqueles que produzem e/ou arquivam os papéis e suas relações com aqueles sobre quem os documentos falam.

A pesquisa de Lowenkron e Ferreira (2020), em meio a inquéritos da Polícia Federal brasileira relativos a crimes de “tráfico de pessoas para fins de exploração sexual”, ilustra bem a produtividade dessa estratégia. Interrogando-se sobre as interações dos policiais, produtores e signatários daqueles inquéritos, com as possíveis vítimas de tráfico de pessoas sobre quem os inquéritos versam, a autora demonstra que “[...] as supostas ‘traficadas’ manipulam as informações segundos seus próprios interesses. Com isso, geralmente, resistem ao processo criminalizador/vitimizador, pois raramente denunciam ou contribuem para a configuração da materialidade do delito” (Lowenkron; Ferreira, 2020, p. 27). Ao identificar essa dinâmica a partir de seu encontro etnográfico com papéis, a autora argumenta que a agência das supostas vítimas do crime de tráfico de pessoas pode ser vislumbrada não só em suas trajetórias de mobilidade e migração

internacional, como sinalizam trabalhos já consolidados sobre o tema, mas também em suas interações com autoridades policiais de seu país de origem – interações essas que são fortemente mediadas por documentos.

## Experiências de pesquisa

Como dito, os quatro modos de fazer da etnografia com documentos burocráticos identificados acima comparecem muitas vezes combinados na pesquisa antropológica. Pesquisadores investem tanto no tema do acesso, quanto na materialidade dos papéis, em sua agência e/ou na micropolítica entre documentadores e documentados para tratar de temas de pesquisa e situações etnográficas bastante diversos. Esse é o caso das pesquisas que realizei e que busco recuperar a seguir, tratando de explicitar o que significou tomar documentos como artefatos etnográficos em cada uma delas; por que razões fiz esse movimento; e que estratégias analíticas usei em cada pesquisa e com que resultados.

## Acesso e materialidade no arquivo

Como são classificados os numerosos corpos anônimos enterrados cotidianamente em cemitérios públicos de cidades brasileiras? Que trajetória burocrática é percorrida por esses cadáveres, que não são velados nem sepultados por familiares, e sim enterrados anonimamente em valas comuns? Que práticas institucionais, carimbos, anotações, exames e silêncios encadeiam-se para que alguém reste enterrado “como indigente”, como diz a expressão popular? Foi guiada por indagações como essas que realizei minha pesquisa de mestrado (Ferreira, 2009), tomando como material empírico um conjunto de prontuários do Instituto Médico-Legal (IML) do Rio de Janeiro. O propósito era compreender como se dá a classificação dos “não identificados” na instituição.

No Brasil, os IMLs são repartições das polícias técnico-científicas. Os corpos de pessoas que morrem sem identificação no país devem

necessariamente passar por um IML, instituição cuja função principal é realizar perícias médicas com fins legais. Na instituição são periciadas pessoas vivas que tenham sofrido tipos diversos de violência ou acidente, cadáveres que tenham sofrido morte suspeita ou violenta, e cadáveres não identificados que tenham sofrido morte violenta, suspeita ou natural. Como meu interesse de pesquisa era justamente compreender a categoria “não identificado” e analisar as práticas estatais voltadas para corpos assim classificados, para realizar a pesquisa eu sabia que deveria procurar por um IML. Mais do que isso, porém, em função de duas premissas fundamentais em que se baseava meu projeto, eu sabia também que deveria procurar mais precisamente pelos documentos produzidos por um IML.

Essas premissas eram as seguintes: primeiramente, a de que práticas de escrita, documentação e manutenção de arquivos burocráticos estão dentre as práticas mais centrais e definidoras do Estado e da burocracia moderna (Weber, 1963; Bourdieu, 1996; Riles, 2006); em segundo lugar, a de que, para analisar arquivos, documentos e práticas de escrita burocrática, é preciso encará-los não como meros desdobramentos formais de ações estatais mas como ações em si mesmas, que, como apontam trabalhos já citados (Peirano, 1986, 2006), têm usos, sentidos e efeitos bastante específicos na sociedade brasileira. A partir dessas premissas, eu entendia que dentre as práticas estatais que eu pretendia analisar necessariamente estariam práticas de documentação. Por isso, fui em busca não exatamente do IML mais próximo, mas dos documentos produzidos por ele.

Naquele momento, os documentos produzidos pelo IML do Rio de Janeiro entre 1907 e 1965 estavam em processo de organização e tratamento no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), indisponíveis para consulta pública. Em função disso, recebi repetidas negativas à minha solicitação para acessá-los, seguidas sempre da recomendação para aguardar até o final do processo de tratamento para iniciar a pesquisa. Esse quadro de recusas mudou, contudo, quando detalhei meus interesses de pesquisa para uma servidora do APERJ. A servidora, hesitante no começo, listou as dificuldades para autorizar minha pesquisa, destacando não só que os

papéis estavam em tratamento mas também o imperativo do sigilo em torno dos nomes das pessoas e dos corpos examinados no IML. Sublinhou, com firmeza, que eu precisaria garantir o anonimato daqueles indivíduos cujos exames eu conheceria nos papéis, e que somente com essa garantia eu poderia fazer a investigação.

A receptividade da servidora e o tom de nossa conversa mudaram radicalmente quando relatei que os papéis específicos que me interessavam eram aqueles referentes a corpos não identificados. Para ela, isso desfazia o problema da indisponibilidade dos documentos para consulta pública e resolvia de antemão a questão do sigilo, que parecia poder ser relativizada. Como me interessavam corpos anônimos, não havia mais questão sobre garantir o sigilo dos nomes dos periciados. Isso me permitiu perceber que, da perspectiva da servidora, o sigilo deveria ser resguardado em relação aos nomes daqueles que passavam pelo IML, mas não se estendia aos demais dados registrados sobre cada um deles, seus exames e suas mortes, nem a eventuais dados dos peritos e demais funcionários do IML que produziam os papéis, como cargos e assinaturas.

Depois dessa conversa, minha presença na sala do APERJ onde os documentos estavam sendo tratados e organizados foi autorizada, e estabeleci uma sistemática de pesquisa que perdurou pelos meses seguintes. Os passos iniciais para obter acesso aos papéis, porém, não se tornaram apenas uma etapa prévia, puramente pragmática e pouco significativa para o estudo. Ao contrário, a relativização da importância do sigilo por parte da servidora, submetida à estratégia analítica de investir atenção no tema do acesso aos papéis, foi uma pista crucial para um dado envolvente da pesquisa, que fui compreendendo gradualmente: a desimportância atribuída por servidores públicos aos papéis relativos a corpos não identificados, presente não só no arquivo, mas também no próprio IML. Essa desimportância, sinalizada nas falas da servidora sobre sigilo, apresentou-se também nos meus primeiros dias de pesquisa, quando um dos então estagiários do APERJ se aproximou de mim dizendo que não entendia o que eu pretendia fazer com aqueles documentos. Para ele, os registros dos não identificados até poderiam ter

alguma serventia para pesquisas estatísticas, mas investigações qualitativas como a que eu pretendia fazer não teriam nada a encontrar ali. Nas palavras dele, não havia “história” a contar sobre aqueles corpos, pelo menos não a partir daqueles documentos.

A “história” que me interessava, porém, estava exatamente naqueles papéis: a trajetória burocrática percorrida pelos cadáveres, na qual envolviam-se o IML, a polícia, os hospitais e os sujeitos diversos (e dispersos). Um dos elementos centrais dessa trajetória dizia respeito justamente àquilo que a análise do acesso aos papéis me permitiu identificar: a desimportância atribuída aos documentos parecia ser um desdobramento direto da desimportância atribuída aos próprios corpos não identificados e às suas mortes. O que me interessa destacar aqui, não obstante, é que apenas compreendi isso ao acionar outra das estratégias analíticas apresentadas acima: o investimento na materialidade dos documentos. Prestar atenção à dimensão física, estética e formal dos papéis que manuseei, li e transcrevi ao longo da pesquisa foi um investimento fundamental para que eu percebesse a economia de esforços voltada para os corpos não identificados no IML.

Documentos rasgados nas laterais ou com marcas antigas de sujeira e descuido; nas margens de alguns, pequenos rabiscos e até um desenho de mapa com itinerário indicativo de alguma rota que um funcionário do IML possivelmente precisava percorrer naquele dia quando saísse do trabalho; campos e mais campos de formulários preenchidos com termos como “desconhecido”, “ignorado”, “não sabido” ou simplesmente deixados em branco, mesmo quando outros papéis referentes ao mesmo corpo mostravam que havia informações disponíveis para preenchê-los; assinaturas não realizadas; grafias mal acabadas; procedimentos e registros não realizados. Eram inúmeras as marcas da desimportância dos corpos não identificados presentes na materialidade daqueles documentos, índices inegáveis de representações sociais em torno, por um lado, do que seria a morte anônima em uma grande cidade, e, por outro, de certos corpos especialmente atravessados por desigualdades sociais e marcadores sociais da diferença que, talvez por isso mesmo, morreram sem identificação. Essas representações,

os papéis me mostravam, comparecem no interior de uma instituição como o IML, sendo decisivas para a forma como esses corpos são administrados após suas mortes.

## Acesso, materialidade e agência na delegacia

Depois da pesquisa sobre a classificação dos “não identificados”, voltei minha atenção para outra categoria: a de “desaparecidos civis”, utilizada para designar sujeitos registrados em repartições públicas como desaparecidos, mas cujos desaparecimentos não se enquadram no tipo penal internacional “desaparecimento forçado de pessoas”, amplamente denominado “desaparecimento político”. O termo designa casos bastante variados: pessoas que optam por deixar suas famílias e casas sem informar seu paradeiro; pessoas que se perdem na cidade por razões e em circunstâncias variadas; pessoas que cometem crimes e são detidas, mas seus familiares não tomam conhecimento; e, entre outras possibilidades, vítimas de crimes ou de acidentes fatais que morrem sem identificação e sem que seus familiares possam ser informados.

Nessa segunda pesquisa, interessava-me refletir sobre os mecanismos de gestão burocrática e moral destinados, no Brasil, àqueles que parecem escapar da possibilidade não só de identificação oficial, como os não identificados, mas também de localização. Eu imaginava ser esse o caso dos desaparecidos; por isso, elaborei um projeto de doutorado para investigar as condições de produção e os modos de gestão estatal do problema do “desaparecimento” e dos “desaparecidos civis”. Com o projeto, eu pretendia refletir tanto sobre o fenômeno do desaparecimento quanto sobre a própria ideia de Estado (Abrams, [1977] 1988); então, para realizar a pesquisa, busquei identificar serviços públicos dedicados a gerir casos de desaparecimento de pessoas no Rio de Janeiro. Entre muitas buscas, encontrei o setor onde finalmente realizei trabalho de campo: um setor da Delegacia de Homicídios da Polícia Civil especializado em casos de desaparecimento.

Meu propósito inicial era realizar um trabalho de campo que eu considerava “tradicional”: eu pretendia acompanhar a rotina do setor fazendo observação participante, e pensava sobre isso mobilizando o imaginário mais comum em torno do fazer antropológico, que não considera documentos burocráticos como artefatos etnográficos possíveis. Porém, uma vez estando em campo, os policiais que me receberam apontaram a pesquisa com documentos como uma alternativa que, para eles, seria mais confortável do que meus planos iniciais de observação participante. Eles diziam se sentir menos expostos se eu lesse e transcrevesse documentos do que se estivesse na delegacia observando suas rotinas. Isso porque produzir, preencher, receber, organizar e arquivar aqueles papéis, embora fossem atividades regulares de seu ofício, não eram percebidas por eles como algo que permitiria *ver* o que eles fazem. Como pude compreender ao longo do tempo, de seu ponto de vista o preenchimento de papéis era uma parte do trabalho que lhes parecia menos controversa, menos significativa, mais simples e, de certo modo, não relacionada ao que eles entendiam ser “a realidade” do setor, da delegacia e do trabalho policial em geral. Ou seja, foi porque meus interlocutores entendiam que papéis eram elementos nada decisivos de seu cotidiano que me foi dada a oportunidade de pesquisar com e nos papéis daquele setor.

Assim como acontecera na pesquisa sobre a classificação dos não identificados, novamente a forma como se deu meu acesso aos papéis foi uma pista fecunda, reveladora de um dado englobante do objeto de pesquisa: a (ir)relevância atribuída por servidores públicos a determinados documentos – ou melhor, a documentos que versam sobre determinados corpos e pessoas. No caso da pesquisa sobre os desaparecidos, paulatinamente compreendi que a irrelevância conferida aos papéis expressava a relativa irrelevância do próprio “desaparecimento de pessoa” como ocorrência policial, comparada pelos policiais com outras ocorrências que eles julgavam mais merecedoras de seu trabalho e atenção: roubos, sequestros, homicídios, latrocínios e outros crimes previstos na lei penal brasileira. Desaparecimentos não são crimes; por isso mesmo, para os



policiais, consistem em “problemas de família” e não “problemas de polícia” (Ferreira, 2013). Em suma, para eles, o desaparecimento é um problema menor, o que torna as práticas de documentação executadas diante de cada caso também menores e, por isso, com acesso facilmente franqueável a uma pesquisadora.

Se o investimento no tema do acesso revelou-se estratégia analítica fecunda também nessa pesquisa, a mesma situação ocorreu com a atenção à materialidade dos papéis. O contato imediato e repetitivo com a dimensão formal dos documentos me permitiu identificar não só novos indícios da irrelevância a eles atribuída pelos policiais, mas também alguns efeitos dela. Um indício da irrelevância se apresentava, por exemplo, na forma parcial e pouco cuidadosa com que os papéis eram preenchidos, em sentido bem semelhante ao que vi no estudo sobre os não identificados: um preenchimento econômico, pouco dedicado e repleto de termos como “desconhecido”, “ignorado” e campos deixados em branco. Contudo, nos desaparecimentos, esse preenchimento pouco esforçado gerava um efeito importante: revestia os casos de um caráter enigmático que, embora parecesse ser inerente aos desaparecimentos em si, era basicamente efeito da forma parcial e descuidada como os casos eram documentados. Isso se intensificava, ademais, pelo fato de os formulários preenchidos diante de cada caso terem formato adequado para registro de crimes, prescrevendo o preenchimento de dados inexistentes em ocorrências de desaparecimento, como “autor”, “vítima” e “local do fato”. A forma dos documentos, portanto, impactava consideravelmente nos casos de desaparecimento, tornando-os aparentemente enigmáticos e dificultando a própria investigação policial. Afinal, os documentos pareciam registrar casos de difícil solução, em função da escassez de informações disponíveis. Essa escassez, porém, era efeito da própria forma dos documentos e de como eles eram preenchidos pelos policiais.

Não obstante a produtividade das estratégias de investir no tema do acesso e na dimensão material dos papéis, também a de interpelá-los em termos de sua agência foi um caminho analítico muito produtivo nessa segunda pesquisa. A leitura diária, repetida e cumulativa de casos

documentados no setor me permitiu construir um dos argumentos centrais do trabalho (Ferreira, 2013): o argumento de que, embora vistos como irrelevantes pelos policiais, aqueles papéis são parte crucial da administração policial de casos de desaparecimento no Rio de Janeiro, e isso não só pelo efeito que a forma dos papéis tem sobre os casos. A administração policial dos casos na cidade, como compreendi na pesquisa, ocorre principalmente pelo que chamei de “delegação de responsabilidade”: ainda que registrem os casos e tenham o dever legal de investigá-los, os policiais delegam para as famílias dos desaparecidos a responsabilidade de encontrar seus desaparecidos. O ponto central a destacar aqui é que eles fazem isso mediante conselhos, compromissos e sutis acusações de natureza moral que são, com efeito, registrados em documentos. A efetivação dessa “delegação de responsabilidades”, nesse sentido, depende fortemente da materialidade que esses conselhos, compromissos e acusações ganham ao serem registrados, revelando as muitas capacidades performativas daqueles documentos.

### Agência e micropolítica da documentação no serviço assistencial

Mais recentemente, investi na terceira e última pesquisa que recupero aqui: a etnografia em um serviço público de assistência social voltado para familiares de crianças e adolescentes desaparecidos no Rio de Janeiro. As duas ações principais do serviço são prestar atendimento às famílias, ouvindo e registrando os casos, e ajudá-las na localização das crianças por meio da divulgação sistemática de retratos de cada um deles em suportes gráficos variados: cartazes, rótulos de botijão de gás, verso de recibos de pedágio de rodovias e contracheques de pagamento de servidores públicos, entre outros. Os funcionários que atuam no serviço reúnem os retratos das crianças cujos casos de desaparecimento são por eles registrados e os distribuem por esses meios de divulgação. Cada cartaz, rótulo de gás, recibo de pedágio ou contracheque indica, ao lado da fotografia, o nome e o número de telefone daquela repartição. Qualquer pessoa que veja as fotografias e tenha

notícias ou suspeitas sobre o paradeiro de alguma das crianças retratadas pode prestar essa informação ao serviço usando o telefone indicado.

No curso do trabalho de campo, entendi que os retratos das crianças entregues para divulgação eram oriundos de acervos domésticos, sendo na maior parte das vezes recortados de fotos maiores das crianças com outros familiares e retiradas de álbuns e coleções pessoais. Ao serem incluídos nos cartazes, porém, convertiam-se em outro tipo de artefato gráfico, distanciando-se do mundo dos acervos privados e aproximando-se justamente do universo dos papéis oficiais. Por mais distintas em forma e conteúdo que fossem dos papéis que eu havia analisado nas pesquisas anteriores, também aquelas fotografias, quando impressas nos cartazes, tornavam-se documentos burocráticos –passíveis, portanto, de ser submetidas às mesmas estratégias analíticas que eu voltara para os papéis dos não identificados examinados no IML ou dos casos de desaparecimento geridos pela polícia. Comecei a alargar, assim, meu entendimento do que são documentos burocráticos: afinal, registros como aqueles retratos pareciam poder ser “fotos de família” durante muitos anos e passar a ser “documentos burocráticos” ao ser entregues, copiados e reproduzidos em cartazes por um serviço público como aquele em que eu pesquisava.

Acionando, então, a estratégia de interpelar aqueles documentos em termos de suas capacidades performativas, pude identificar o papel central das fotografias na produção do problema público do “desaparecimento de crianças e adolescentes” e, em alguns casos, na justificação de intervenções feitas em unidades domésticas por parte de diferentes agentes de Estado, como argumentei depois (Ferreira, 2017). Investir na agência daqueles artefatos gráficos, portanto, foi bastante produtivo nesse caso. Mas, como sugeri, fazer isso foi possível apenas porque a etnografia no serviço e a repetida observação e o manuseio de cartazes e outros meios de divulgação das fotografias levou-me a ampliar meu entendimento do que sejam documentos burocráticos de modo a abranger suportes de informação menos facilmente identificáveis como papéis oficiais. Não obstante, essa ampliação não se fez apenas em direção aos retratos das crianças.

Embora aquela fosse uma repartição assistencial, dedicada à proteção dos familiares de desaparecidos e a ajudá-los a encontrar suas crianças, a primeira das ações principais do serviço – ouvir e registrar os casos mediante preenchimento de formulários padronizados – revelava cotidianamente o caráter acusatório do atendimento ali prestado. Todos os familiares que chegavam ao serviço eram interrogados sobre as seguintes questões impressas nos formulários preenchidos por lá: se, na família da criança desaparecida, há “espancamento”, “alcoolismo”, “uso de tóxicos”, “violência doméstica”, “abuso sexual” e “maus-tratos”; se os pais trabalham, e se esse trabalho é formalizado. Essas categorias, impressas de modo padronizado nos documentos, revelavam um conjunto de estigmas e de preconceções sobre unidades domésticas de crianças desaparecidas, documentando-as segundo parâmetros flagrantemente acusatórios. Analisar o conteúdo desses papéis parecia suficiente para identificar isso. Não obstante, investir na micropolítica das interações entre documentadores e documentados, última das estratégias analíticas que sistematizei neste artigo, permitiu-me ir além da constatação desses parâmetros acusatórios vigentes no serviço.

As famílias atendidas ali não eram passivas diante da forma de documentação à qual eram submetidas. Ao contrário, acionavam uma tática bastante recorrente, revelada por um elemento ao mesmo tempo trivial e muito significativo do cotidiano daquela e de tantas outras repartições públicas no Brasil: as pastas e os envelopes de documentos que eles mesmos levavam ao serviço quando iam procurar ajuda para localizar suas crianças. Essas pastas não guardavam somente os papéis exigidos para cadastramento de um caso na repartição, como documentos de identificação civil, comprovante de residência, Registro de Ocorrência Policial e fotografia da criança. Além desses e de outros documentos oficiais, também cartas, cartões e mesmo desenhos feitos pelas crianças em dias festivos, ao lado de boletins escolares, cartões de vacinação e pequenos bilhetes eram muitas vezes apresentados aos funcionários do serviço e incluídos em cópia nas pastas do que ali são chamados de “casos”, como fui notando ao longo da pesquisa.

Apresentados em meio a narrativas sobre a dedicação e a atenção concedida às crianças, esses papéis consistiam em um mecanismo acionado pelas famílias para disputar os parâmetros por meio dos quais são descritas no setor, procurando estabelecer outros termos nos quais pudessem ser documentados: não como famílias onde há “espancamento” ou “uso de tóxicos”, mas como famílias cuidadoras e afetuosas. O crucial de sublinhar aqui é que essa disputa era feita justamente com os documentos, o que pode compreender ao investir analiticamente na micropolítica das interações entre quem documenta e quem é objeto de documentação naquela instituição estatal. Os documentos em questão, porém, em nada se pareciam com os formulários padronizados (e acusatórios) usados no serviço, e era justamente por isso que serviam como instrumentos de disputa acionados pelas famílias atendidas ali.

## Considerações finais

A noção de que documentos burocráticos são objetos que não podem ser desconsiderados ou tomados como simples fontes de informação que não merecem atenção em si mesmos está consolidada na antropologia. O entendimento desses papéis como mediadores, dotados da capacidade de transformar, traduzir, distorcer, deslocar e modificar aquilo que carregam e veiculam, tem comparecido em inúmeras discussões e pesquisas que, como provoca a literatura especializada, tem olhado *para* esses documentos, e não *através* deles, e levado a sério que esses suportes materiais de informação, tão frequentemente encarados como tediosos, repetitivos e excessivamente formais, podem desempenhar funções e gerar efeitos no mundo social que vão muito além da função referencial e informacional.

Mas o que fazemos quando olhamos *para* esses papéis? Como procedemos para analisá-los antropologicamente? Quais são os “modos de fazer” da pesquisa antropológica com esses documentos? Se eles são mais que meros rastros materiais de processos de Estado (Ferreira, 2009) e podem, por isso, ser tomados como campo de indagação (Muzzoppapa; Villalta, 2011)

ou como artefatos etnográficos, de que estratégias analíticas lançamos mão quando nos deparamos com eles em campo? Busquei dialogar com essas perguntas, somando algumas reflexões às elaborações de Muzzoppapa e Villalta (2011), Hull (2012a), Vianna (2014) e Lowenkron e Ferreira (2020), que vêm discutindo as especificidades da pesquisa antropológica com documentos.

Partindo da constatação do crescente interesse antropológico por documentos burocráticos, apresentei algumas dimensões e os aspectos gerais da pesquisa com esse tipo de artefato, a partir da literatura sobre o tema, de exemplos de etnografias feitas no Brasil e de minhas investigações. Em seguida, sistematizei quatro estratégias analíticas recorrentes e especialmente produtivas nesse tipo de estudo. Feito isso, recuperei brevemente três pesquisas com documentos que realizei, perguntando: o que significou tomar documentos como campos de indagação em cada uma delas? Quais foram as razões específicas pelas quais esse movimento se deu? Que estratégias analíticas utilizei em cada pesquisa, e com que resultados? Responder a essas perguntas permitiu-me demonstrar que a experiência cumulativa desses estudos ampliou meu entendimento do que são os documentos burocráticos e dos muitos papéis que eles podem desempenhar tanto na rotina de instituições estatais quanto no desenho metodológico de pesquisas antropológicas. Espero, com isso, contribuir e dialogar com pesquisadores que estejam enfrentando, cada um à sua maneira, seus próprios encontros etnográficos com papeladas burocráticas.

## Referências

ABRAMS, P. [1977]. Notes on the Difficulty of Studying the State. *Journal of Historical Sociology*, v. 1, n. 1, p. 58-89, 1988.

BEAR, L.; MATHUR, N. Introduction: Remaking the Public Good: A New Anthropology of Bureaucracy. *The Cambridge Journal of Anthropology*, v. 33, n. 1, p. 18-34, 2005.

BERNSTEIN, A.; MERTZ, E. Introduction: Bureaucracy: Ethnography of the State in Everyday Life. *PoLAR: Political and Legal Anthropology Review*, v. 34, p. 6-10, 2011.

BEVILÁQUA, C. B. Burocracia, criatividade e discernimento: lições de uma cafeteira desaparecida. *Revista de Antropologia*, v. 63, n. 3, p. e178843, 2020.

BOURDIEU, P. Espíritos de Estado: gênese e estrutura do campo burocrático. In: BOURDIEU, P. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996. p. 91-135.

COROSSACZ, V. R. *O corpo da nação: classificação racial e gestão social da reprodução em hospitais da rede pública do Rio de Janeiro*. Coleção Etnologia, v. 6. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

CUNHA, O. M. G. da. *Intenção e gesto: pessoa, cor e a produção cotidiana da (in)diferença no Rio de Janeiro, 1927-1942*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2002.

DAS, V.; POOLE, D. (ed.). *Anthropology in the Margins of the State*. Santa Fe: School of American Research Press, 2004.

ESCÓSSIA, F. da. *Invisíveis: uma etnografia sobre brasileiros sem documento*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2021.

FARIAS, J. *Governo de mortes: uma etnografia da gestão de populações de favelas no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2020.

FERREIRA, L. *Dos autos da cova rasa: a identificação de corpos não identificados no Instituto Médico-Legal do Rio de Janeiro, 1942-1960*. Rio de Janeiro: E-papers/Laced, 2009.

FERREIRA, L. “Apenas preencher papel”: reflexões sobre registros policiais de desaparecimento de pessoa e outros documentos”. *Mana*, v. 19, n. 1, p. 39-68, 2013.

Ferreira, L. Faces da desigualdade: os efeitos da circulação de retratos de crianças desaparecidas no Brasil. *Papeles del CEIC*, v. 1, p. 171, 2017.

FERREIRA, L.; LOWENKRON, L. (org.). *Etnografia de documentos: pesquisas antropológicas entre papéis, carimbos e burocracias*. Rio de Janeiro: E-papers, 2020.

FREIRE, L. Sujeitos de papel: sobre a materialização de pessoas transexuais e a regulação do acesso a direitos. *Cadernos Pagu*, v. 48, p. e164813, 2016.

GUPTA, A. Blurred boundaries: the discourse of corruption, the culture of politics, and the imagined state. *American Ethnologist*, v. 22, n. 2, p. 375-402, 1995.

GUPTA, A. *Red Tape*: bureaucracy, structural violence, and poverty in India. Durham: Duke University Press, 2012.

HORTON, S. B.; HEYMAN, J. (ed.). *Paper Trails*: migrants, documents, and legal insecurity. Durham: Duke University Press, 2020.

HULL, M. Documents and Bureaucracy. *Annual Review of Anthropology*, v. 41, p. 251-267, 2012a.

HULL, M. *Government of paper*: the materiality of bureaucracy in Urban Pakistan. Berkeley: University of California Press, 2012b.

LACERDA, P. *Meninos de Altamira*: violência, “luta” política e administração pública. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.

LOWENKRON, L.; FERREIRA, L. Perspectivas antropológicas sobre documentos: diálogos etnográficos na trilha dos papéis policiais. In: FERREIRA, L.; LOWENKRON, L. (org.). *Etnografia de documentos*: pesquisas antropológicas entre papéis, carimbos e burocracias. Rio de Janeiro: E-papers, 2020. p. 17-52.

LUGONES, M. G. *Obrando en autos, obrando en vidas*: formas y fórmulas de protección judicial en los tribunales prevencionales de menores de Córdoba, Argentina, a comienzos del siglo XXI. Rio de Janeiro: E-papers/Laced, 2012.

MITCHELL, T. Society, Economy, and the State Effect. In: STEINMETZ, G. (ed.). *State/Culture*: State-Formation after the Cultural Turn. Ithaca: Cornell University Press, 1999. p. 76-97.

MORAWSKA VIANNA, C. A Trilha de Papéis da Usina Hidrelétrica de Belo Monte: tecnologias de cálculo e a obliteração da perspectiva dos povos impactados. *Revista Antropológicas*, ano 18, v. 25, n. 2, p. 22-40, 2014.

MUZZOPAPPA, E.; VILLALTA, C. Los documentos como campo. Reflexiones teórico metodológicas sobre um enfoque etnográfico de archivos y



documentos estatales. *Revista Colombiana de Antropología*, v. 47, n. 1, p. 13-42, 2011.

NADAI, L. *Entre pedaços, corpos, técnicas e vestígios: o Instituto Médico Legal e suas tramas*. 2018. 323 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2018.

NADAI, L.; VEIGA, C. Fazer falar pedaços de carne: comparações entre laudos periciais em casos seriais produzidos pelo IML de Campinas e de Juiz de Fora. In: FERREIRA, L.; LOWENKRON, L. (org.). *Etnografia de documentos: pesquisas antropológicas entre papéis, carimbos e burocracias*. Rio de Janeiro: E-papers, 2020. p. 179-216.

NAVARO-YASHIN, Y. Make-believe papers: affective interaction between documents and people in Britain and Cyprus. *Anthropological Theory*, v. 7, n. 1, p. 79-98, 2007.

ONTO, G. Competition on paper: artifacts of visualization in antitrust policy. *Economic Sociology*, v. 20, p. 24-30, 2019.

ONTO, G. Documentando relações e relacionando documentos: sobre a materialidade das práticas de conhecimento na regulação econômica. In: FERREIRA, L.; LOWENKRON, L. (org.). *Etnografia de documentos: pesquisas antropológicas entre papéis, carimbos e burocracias*. Rio de Janeiro: E-papers, 2020. p. 53-76.

PEIRANO, M. Sem lenço, sem documento. *Sociedade e Estado*, v. 1, p. 49-63, 1986.

PEIRANO, M. De que serve um documento? In: PALMEIRA, M.; BARREIRA, C. (org.). *Política no Brasil: visões de antropólogos*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006. p. 13-37.

RILES, A. *Documents: Artifacts of Modern Knowledge*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2006.

SCHRITZMEYER, A. L. P. Fios da vida: crianças abrigadas, hoje adultas, diante de seus prontuários. *Vivência: revista de antropologia*, v. 1, n. 46, p. 93-112, 2015.

SOUZA LIMA, A. C. de. *Gestar e gerir: estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; NuAP/UFRJ, 2002.

STOLER, A. L. Affective States. In: NUGENT, D.; VICENT, J. (ed.). *A Companion to Anthropology of Politics*. Hoboken: Wiley Blackwell, 2007. p. 4-20.

STRONG, A. *Documenting Death: maternal mortality and the ethics of care in Tanzania*. Oakland: University of California Press, 2020.

TROUILLOT, M. R. The Anthropology of the State in the Age of Globalization: Close Encounters of the Deceptive Kind. In: TROUILLOT, M. R. *Global Transformations: Anthropology and the Modern World*. New York: Palgrave Macmillan, 2003. p. 79-96.

VIANNA, A. *O mal que se advinha: polícia e minoridade no Rio de Janeiro, 1910-1920*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

VIANNA, A. Etnografando documentos: uma antropóloga em meio a processos judiciais. In: CASTILHO, S.; SOUZA LIMA, A. C.; TEIXEIRA, C. (org.). *Antropologia das práticas de poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações*. Rio de Janeiro: Contra Capa/FAPERJ, 2014. p. 43-70.

VIANNA, A. *Limites da minoridade: tutela, família e autoridade em julgamento*. 2002. 340 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

VILLALTA, C. *Entregas y secuestros*. La apropiación de “menores” por parte del Estado. 2006. 325f. Tese (Doutorado em Ciências Antropológicas) – Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2006.

WEBER, M. Burocracia. In: WEBER, M. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963. p. 229-282.